



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 263/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

UNIDADE: Departamento Regional de Saúde 05 - Barretos

ASSUNTO : Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA : Acesso à lista/planilha dos servidores/trabalhadores da campanha de vacinação COVID 19, ligada a GVE-XIV - Barretos-SP nos meses de fevereiro e março de 2021. Alegação de informações pessoais. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 263/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento Regional de Saúde 05 - Barretos, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso à lista/planilha dos servidores/trabalhadores da campanha de vacinação COVID 19, ligada a GVE-XIV - Barretos-SP nos meses de fevereiro e março de 2021.
2. Em resposta e em recurso, o ente alegou que as informações estavam abarcadas pela Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Inconformado, o requerente interpôs o apelo cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instada a complementar as informações, o órgão ficou-se em silêncio.
4. Em análise do caso concreto, observa-se que a LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade natural. Já a Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art.37 e no art. 216 da Constituição federal, assegurando o direito fundamental ao acesso à informação em conformidade com os princípios básicos da administração públicas, entre eles, o da transparência, observando-se as a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, entre outros (inc. I do art. 3º).
5. O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, distingue vários níveis de proteção de dados, exigindo uma interpretação sistemática, em diálogo com a Lei de Acesso à Informação - LAI, além de outras fontes legais.

Classif. documental

999.99.99.999

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



6. O agente público, cujo o termo é utilizado para determinar, de forma específica, qualquer pessoa que age em nome do Estado, independente de vínculo jurídico, ainda que atue sem remuneração e transitoriamente, pode ter seu nome e cargo publicados, observadas restrições para o tratamento de dados pessoais dispostas nos artigos 11 a 14 da LGPD.
7. É entendimento do Supremo Tribunal Federal que não se pode falar em intimidade e vida privada quando o agente público age como tal, se não estiver em jogo a segurança do Estado e da sociedade, sendo, como defendeu o Min. Ayres Britto em decisão anterior, "*o preço que se paga pela opção por uma carreira pública no seio de um Estado republicano*" (STF - RE Agr. 652.777 SP. Rel. Min. Teori Zavascki. 23/04/2015 <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=8831570>). Ainda, nesse mesmo voto, entende-se que as informações que não são de interesse público devem ser omitidas.
8. Assim, segue o entendimento que escalas de trabalhos de empregados públicos são informações públicas, devendo as informações pessoais serem tarjadas e/ou excluídas.
9. Diante do exposto, constatada a falta de qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, caso existentes os dados solicitados, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da LAI e no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, devendo o órgão adotar, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na referida Lei federal nº 12.527/2011.
10. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 28 de junho de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado